



Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

The cover features a vertical wooden grain background. A thick, braided rope, composed of light and dark grey strands, runs vertically down the center. A dark grey curved shape in the upper left contains the author's name. The title is printed in large white font on a dark grey curved shape at the bottom. The publisher's logo and year are at the very bottom.

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)

Ações e Implicações para a (Ex) Inclusão 2

 **Atena**
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano

Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

A185 Ações e implicação para a (ex) inclusão 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta
Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: Word Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-86002-17-1

DOI 10.22533/at.ed.171200403

1. Brasil – Política social. 2. Cidadania – Brasil. 3. Exclusão
social – Brasil. 4. Pobres – Estudo de casos. I. Monteiro, Solange
Aparecida de Souza.

CDD 305.560981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O que significa “educar”? Para muitos autores no campo da Educação sua forma e aplicação é de diferentes maneiras, na compreensão dos diversos processos que envolvem a aprendizagem, o ensino, a transmissão, a socialização. Sabemos que a educação não se dá apenas na escola – instituição que segue um certo tipo de comunicação e de relação com a autoridade (escolar) preocupada com as possibilidades de progressão linear de estudantes (de uma classe para outra). Passar por novas experiências na forma de aprender-e-ensinar, experiências pluridirecionais de transmissão, não apenas naquela tradicional de professor-aluno, sendo o aluno um receptáculo, a incorporação de outros saberes ao currículo, dinâmicas contemporâneas de processos educativos são alguns temas que têm mobilizado pesquisas no campo da Educação. Este e-book “Ações e Implicação para a (Ex) Inclusão 2”, dedicado ao tema “Educação e questões de como se organiza em torno de reflexões acerca do fazer científico e da relação entre dois campos Exclusão e Inclusão. Os artigos aqui reunidos fazem pensar sobre o lugar que assume o método e os pressupostos epistemológicos na produção das questões que envolvem objetos que tocam aos dois campos tanto na perspectiva da interação/aproximação, quanto na perspectiva das fronteiras teórico-conceituais. Discutem, em diferentes perspectivas, como a (Ex) Inclusão e a suas diferentes abordagens constituem importantes aportes teóricos e metodológicos para a produção de conhecimento fundado na transformação de formas de investigação e de outras possibilidades de enunciação. As experiências de campo, pesquisas originais desenvolvidas em diferentes contextos sobre processos educativos/culturais diversos, nos convida a refletir sobre o que o conhecimento “aproximado” da realidade pode nos revelar sobre o Outro e sobre Nós mesmos.

Desejo a todos uma boa leitura e que os artigos aqui reunidos sejam fonte de inspiração para reflexões sobre o lugar do pesquisador e da pesquisa na produção em Ações e Implicação para a (Ex)Inclusão 2.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR ESCOLAR PARA POTENCIALIZAR O PROCESSO DE BRINCAR DA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Fabiane Araujo Chaves Thacio Azevedo Ladeira	
DOI 10.22533/at.ed.1712004031	
CAPÍTULO 2	11
A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL	
Edivaldo Lubavem Pereira Eduardo Gonzaga Bett	
DOI 10.22533/at.ed.1712004032	
CAPÍTULO 3	24
A REFLEXÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	
Ivan de Oliveira Silva Silvia Carbone Denise de Almeida Robson Paz Vieira Franklin Portela Correia	
DOI 10.22533/at.ed.1712004033	
CAPÍTULO 4	32
A INCLUSÃO ESCOLAR E O USO DO NOME SOCIAL POR ALUNOS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS MENORES DE IDADE	
Cilene Angelica Peres	
DOI 10.22533/at.ed.1712004034	
CAPÍTULO 5	53
ALUNOS COM AUTISMO O RECONHECIMENTO DE SUAS IDENTIDADES NA CONCEPÇÃO DO DESENHO UNIVERSAL PARA APRENDIZAGEM	
Marco Antonio Serra Viegas	
DOI 10.22533/at.ed.1712004035	
CAPÍTULO 6	65
AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL PARA O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Sonia Ribeiro de Lima Solange de Castro Elisabeth Rossetto	
DOI 10.22533/at.ed.1712004036	
CAPÍTULO 7	74
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM UM ALUNO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO	
Silvia Raquel Schreiber Boniati Idorlene da Silva Hoepers	

CAPÍTULO 8 87

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO MÉDIO E SUPERIOR: VIVENCIANDO DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA REDE DE ENSINO BÁSICO, TÉCNICO E TECNOLÓGICO

Judith Mara de Souza Almeida

Luana Tillmann

DOI 10.22533/at.ed.1712004038

CAPÍTULO 9 95

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO OFERTADO AOS ALUNOS SURDOS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTARÉM

Patrícia Siqueira dos Santos

Eleny Brandão Cavalcante

DOI 10.22533/at.ed.1712004039

CAPÍTULO 10 108

ATUAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL

Edivaldo Lubavem Pereira

Eduardo Gonzaga Bett

Piery Teza

Tatiani Fernandes Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.17120040310

CAPÍTULO 11 119

ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR: UM PROCESSO DE INCLUSÃO

Silvia Cristina Pereira dos Santos

Renata Souza Vogas

Cintia Soares Romeu

Geilsa Soraia Cavalcanti Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040311

CAPÍTULO 12 132

AVALIAÇÃO E IMPLICAÇÕES PSICOMOTORAS EM ESTUDANTES COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Maria Beatriz Campos de Lara Barbosa Marins Peixoto

Jair Lopes Junior

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

DOI 10.22533/at.ed.17120040312

CAPÍTULO 13 140

CONCEPÇÕES DE GESTORES SOBRE A INFRAESTRUTURA PARA O ATENDIMENTO DO ALUNO PAEE

Camila Elidia Messias dos Santos

Vera Lucia Messias Fialho Capellini

Kátia de Abreu Fonseca

DOI 10.22533/at.ed.17120040313

CAPÍTULO 14 149

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E INCLUSÃO SOCIAL: ATIVIDADES LÚDICAS APLICADAS AO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Jôsi Mylena de Brito Santos
Larissa Gonçalves Moraes
João Carlos dos Santos Duarte
Natália Cristina de Almeida Azevedo
Erika da Silva Chagas
Vânia Silva de Melo

DOI 10.22533/at.ed.17120040314

CAPÍTULO 15 160

ENTRE ATOS E FATOS: DA DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL A CONSCIENTIZAÇÃO HUMANÍSTICA EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO

Isadora Polvani Barbosa
Lucy Verônica Mendes Garcia David
Marcio Roberto Ghizzo

DOI 10.22533/at.ed.17120040315

CAPÍTULO 16 169

ESTÁGIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR CRÍTICA NUMA ESCOLA DO CAMPO: APRENDIZADOS E DESENVOLVIMENTOS MÚTUOS

Caroline Boaventura Czelusniak
Roger Alloir Alberti
José Alexandre de Lucca

DOI 10.22533/at.ed.17120040316

CAPÍTULO 17 178

DO PIQUE PEGA ÀS GARGALHADAS: APRENDENDO COM AS DIFERENÇAS

Lívia Mello Lopes de Almeida

DOI 10.22533/at.ed.17120040317

CAPÍTULO 18 189

INCLUSÃO E PERTENCIMENTO: APROPRIAÇÕES DE HISTÓRIAS EM UM AMBIENTE DE ESCOLARIZAÇÃO

Caroline Boaventura Czelusniak
Roger Alloir Alberti
José Alexandre de Lucca

DOI 10.22533/at.ed.17120040318

CAPÍTULO 19 201

POSSIBILIDADE RUMO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO IFRS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cláudia Terra do Nascimento Paz
Cláudia Medianeira Alves Ziegler

DOI 10.22533/at.ed.17120040319

CAPÍTULO 20 211

PARATY: POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Waleska Souto Maia

Mariana Roque Lins da Silva
Erica Silvani Souza
Isabel Rodrigues Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.17120040320

CAPÍTULO 21 220

TECNOLOGIAS ASSISTIVAS NA ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
EM COMUNIDADES QUILOMBOLA E PESQUEIRA

Mequias Pereira de Oliveira
Odinilton Pacheco de Deus
Raquel Amorim dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.17120040321

CAPÍTULO 22 234

CONCEPÇÕES DE PAIS COM FILHOS COM DEFICIÊNCIA: UM ESTUDO
EXPLORATÓRIO SOBRE O ENTENDIMENTO DOS PAIS ACERCA DAS
DEFICIÊNCIAS NA CIDADE DE BELÉM (PA)

Marcelo Marques de Araujo
Elizabeth Cardoso Gerhardt Manfredo
Isabel Lopes Valente

DOI 10.22533/at.ed.17120040322

CAPÍTULO 23 248

AMARRAS E ARMADILHAS DO CURTA DE ANIMAÇÃO *CUERDAS*

Lidnei Ventura
Simone De Mamann Ferreira
Klalter Bez Fontana

DOI 10.22533/at.ed.17120040323

CAPÍTULO 24 258

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E INCLUSÃO DE SURDOS NA UNIVERSIDADE A
PARTIR DO EVENTO ARTES & LIBRAS EM CICLO

Natália Schleder Rigo
Bianca de Oliveira
Érica Caléfi

DOI 10.22533/at.ed.17120040324

CAPÍTULO 25 276

EDUCAÇÃO SEXUAL: AÇÕES E IMPLICAÇÕES PARA A (EX)INCLUSÃO DA
SEXUALIDADE, DO CORPO E DO GÊNERO E DE SUAS EXPRESSÕES

Solange Aparecida de Souza Monteiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro
Melissa Camilo
Débora Cristina Machado Cornélio
Valquiria Nicola Bandeira
Carlos Simão Coury Corrêa
Andreza De Souza Fernandes
Marilurdes Cruz Borges
Monica Soares
Fernando Sabchuk Moreira

DOI 10.22533/at.ed.17120040325

SOBRE A ORGANIZADORA.....	300
ÍNDICE REMISSIVO	301

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO COM UM ALUNO AUTISTA: UM ESTUDO DE CASO

Data de aceite: 20/02/2020

Data de submissão: 03/12/2019

Silvia Raquel Schreiber Boniati

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Camboriú-SC

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7517468138355678>

Idorlene da Silva Hoepers

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Camboriú-SC;

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0701191397858274>

Alexandre Vanzuita

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC Camboriú-SC;

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0197986049005891>

RESUMO: O presente estudo de caso, caracterizado como pesquisa de abordagem qualitativa, teve como objetivo analisar se as intervenções e estratégias de uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), de uma rede municipal de ensino, têm contribuído no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Realizou-se entrevista semiestruturada e observações ao atendimento da professora com um aluno autista. No decorrer deste

trabalho foram abordadas algumas leis e diretrizes referentes à inclusão, a exemplo da Lei nº 12.764/2012 e da Resolução nº 4/2009, bem como uma discussão acerca do trabalho realizado no AEE, tendo como referencial teórico os estudos de Arroyo; Silva (2012), Bianchetti; Freire (2012), Foucault (2013), Santos (2013) e Serres (2001), os quais permitem compreender as barreiras atitudinais impostas aos alunos com deficiência como uma produção social. Os resultados possibilitaram evidenciar o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção de uma educação inclusiva. Neste contexto, a atuação do profissional viabilizou ao aluno tornar-se protagonista de seu processo de aprendizagem. Evidenciou-se que um atendimento acolhedor, adotando como parâmetro as próprias habilidades e potencialidades do aluno autista, abre possibilidades e desafios para a busca de autonomia e independência em todos os aspectos de sua vida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Atendimento Educacional Especializado.

EDUCATIONAL SPECIALIZED CARE WITH AN AUTIST STUDENT: A CASE STUDY

ABSTRACT: The current case study, characterized as qualitative approach research,

aimed to analyze whether the interventions and strategies of a teacher who works in Specialized Educational Assistance (SEA), in municipal education. And how this actions have contributed to the process of inclusion of students with the Autistic Spectrum Disorder (ASD). A semi-structured interview and observations of the teacher's attendance with an autistic student were conducted. During this study, some laws and guidelines regarding inclusion were addressed, for example the Law no. 12.764/2012 and Resolution no. 4/2009, as a discussion about the work done in AEE, using as a theoretical reference the studies of Arroyo; Silva (2012), Bianchetti; Freire (2012), Foucault (2013), Santos (2013) and Serres (2001), which allow understanding the attitudinal barriers imposed on students with disabilities as a social production. The results made it possible to highlight the role of Specialised Educational Assistance (SEA) in the promotion of inclusive education. In this context, the performance of the professional enabled the student to become the protagonist of his learning process. It was evidenced that a welcoming service, adopting as parameter the own abilities and potentialities of the autistic student, opens possibilities and challenges for the search for autonomy and independence in all aspects of his life.

KEYWORDS: Inclusive Education. Autistic Spectrum Disorder (ASD). Specialized Educational Assistance.

INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas à Educação Especial tem se intensificado nos últimos anos, tendo como marco histórico a Declaração de Salamanca (1994), documento internacional elaborado na Conferência Mundial de Educação Especial, em Salamanca, Espanha, em junho de 1994, onde os delegados presentes reafirmaram o compromisso de uma educação para todos (UNESCO, 1994).

No Brasil, a legislação, desde a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), estabelece que a educação é um direito de todos, bem como prevê o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Posteriormente foram consolidadas políticas que redefiniram o conceito de Educação Especial no país, destacando-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que é um dos referenciais mais importantes em termos de inclusão no país.

Na perspectiva da premissa da inclusão, percebe-se um avanço significativo neste sentido, a partir da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009 que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica (BRASIL, 2009), orientando de forma mais pontual, como o trabalho do(a) professor(a) na modalidade Educação Especial pode ser desenvolvido.

No referido documento, o AEE, constitui-se como parte integrante do processo educacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, ofertada de forma complementar ou suplementar aos estudantes público alvo da educação

especial, matriculados no ensino regular.

Quanto à legislação que trata sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), em dezembro de 2012, foi sancionada a Lei nº12.764 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012), considerando a pessoa com TEA como pessoa com deficiência. A lei ainda inclui as especificações das características clínicas do transtorno e estipula as diretrizes e os direitos das pessoas com TEA, entre estes, o direito à educação.

Posteriormente, em 21 de março de 2013, foi estabelecida a Nota Técnica nº24, que prevê sobre a orientação aos sistemas de ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012 (BRASIL, 2013). Essa nota técnica perpassa pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e ainda pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), tendo como referência os princípios orientadores quanto à inclusão de pessoas com deficiência.

Entre outros aspectos previstos no referido documento, destaca-se a importância da articulação entre o ensino comum, os demais serviços, as atividades da escola e o AEE, para que o movimento de inclusão escolar dos estudantes com TEA seja efetivo.

Diante da complexidade referente aos aspectos legais da Educação Especial, os quais abarcam normas e orientações para facilitar o processo de inclusão, surgiu o interesse em pesquisar a atuação de uma professora de AEE junto a um aluno com TEA.

A partir disto, a questão problema que orientou o presente estudo de caso foi: a mediação realizada pela professora do AEE, com alunos diagnosticados com TEA, têm contribuído para o desenvolvimento dos aspectos da comunicação, interação, autonomia e aprendizagem desses alunos? Com base nessa problemática, a discussão da presente pesquisa vai perpassar pela discussão sobre normalidade e a produção da (a)normalidade no contexto da escola.

Tal temática nos impulsiona para reflexões críticas, busca construir novos conhecimentos e até mesmo, discute alternativas para contribuir com a qualidade de serviços oferecidos nesta área, mais especificamente no AEE.

OBJETIVO

O objetivo da presente pesquisa é analisar se as intervenções e estratégias de uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), de uma rede municipal de ensino, têm contribuído no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

METODOLOGIA

O presente estudo de caso é caracterizado como de abordagem qualitativa. Conforme André (2005):

Pode-se dizer que o estudo de caso [...] em educação deve ser usado quando: (1) há interesse em conhecer uma instância em particular, (2) pretende-se compreender profundamente essa instância particular em sua complexidade e totalidade; e (3) busca-se retratar o dinamismo de uma situação numa forma muito próxima do seu acontecer natural (ANDRÉ, 2005, p. 31).

Do mesmo modo Gil (2008) aborda o estudo de caso como um delineamento de pesquisa que permite o conhecimento amplo e detalhado de um ou mais objetos, exigindo um estudo aprofundado e exaustivo destes.

Para situar o âmbito da pesquisa, esta foi realizada na rede municipal de ensino de um município do estado de Santa Catarina, onde atualmente, há cinco escolas da rede que oferecem o AEE, nas quais atuam professores da Educação Especial que atendem o público alvo da Educação Especial, entre eles o TEA.

Especificando o foco do estudo de caso, optou-se por observar o trabalho de uma das professoras, entre aquelas que atuam no AEE. Primeiramente realizou-se entrevista semiestruturada e num segundo momento, houve a observação do trabalho, no atendimento a um aluno do 2º ano do ensino fundamental, diagnosticado com TEA, ao qual demos o nome fictício de José. Antes de iniciar a pesquisa foi necessário conscientizar a professora e os pais do aluno quanto a participação na pesquisa e ao concordarem, houve a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participação em Atividades de Pesquisa tanto pela professora, quanto pela mãe do aluno.

Este estudo de caso é resultado de um Projeto “guarda-chuva” submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC *Campus* Camboriú intitulado: “Produção da (a)normalidade e Processos Educativos”. O projeto sofreu avaliação e obteve parecer aprovado para realização da investigação. O número do parecer foi 2.050.936 com CAAE:67425417.6.0000.8049. Vale destacar que o projeto de pesquisa não teve nenhum financiamento institucional e foi construído por professores do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do IFC *Campus* Camboriú.

No decorrer da explanação dos conhecimentos produzidos na presente pesquisa, desenvolveremos uma análise interpretativa acerca da experiência vivenciada, por meio da produção de dados via entrevista e observação, à luz de Arroyo; Silva (2012), Bianchetti; Freire (2012), Foucault (2013), Santos (2013) e Serres (2001).

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO- AEE

A Educação Especial, desde seus primórdios, adota o conceito de Atendimento Educacional Especializado(AEE). Entretanto, a concepção inicial baseou-se em um atendimento que substituía o ensino comum, pois os alunos frequentavam centros especializados, sem acesso a escola regular e desta forma, sendo segregados.

Sobre o período citado anteriormente, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial Inclusiva (2008), afirma que:

Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência (BRASIL, 2008, p. 6).

Em 2008, com o lançamento da referida Política, uma nova configuração no contexto educacional passa a ser adotada com a implantação do AEE, um serviço da Educação Especial que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008, p. 16).

O AEE deve ser ofertado obrigatoriamente pelos sistemas de ensino, sendo realizado, preferencialmente em escolas comuns, em salas de recursos multifuncionais. O principal objetivo do AEE consiste em favorecer, mediante identificação, planejamento e produção de recursos, a participação de alunos com deficiência no ensino regular, tendo em vista o seu desenvolvimento enquanto sujeito de direitos (BRASIL, 2008).

No intuito de garantir uma educação de qualidade, para os alunos público alvo da Educação Especial incluídos no ensino regular, o AEE busca complementar e/ou suplementar a formação do aluno, promovendo a autonomia deste. Reiterando a ideia, o Caderno de Educação Especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva (2012), enfatiza que:

Tanto o professor da sala comum, o professor da sala de recursos, o gestor e toda a equipe escolar, juntamente com a família, devem estar atentos para que a sala de recurso não seja um mecanismo de exclusão, de um atendimento segregado, que minimize o potencial de aprendizagem dos alunos, mas que a escola cumpra a sua função social de valorizar e respeitar a diferença, como parte da diversidade humana, garantindo o direito de aprendizagem de cada criança (BRASIL, 2012, p. 38).

Assim, compreende-se que a sala multifuncional deve estar inserida na escola de modo a promover a inclusão, ou seja, articulando sua atuação não somente no espaço físico da sala de atendimento, mas abrangendo todo o espaço escolar a fim de reduzir o preconceito existente e incentivar o respeito à diferença.

ENTREVISTA COM A PROFESSORA DO AEE: ANALISANDO A PERSPECTIVA DA PROFISSIONAL QUANTO AO TRABALHO NO AEE

Para a entrevista realizada com a professora da sala do AEE, utilizou-se perguntas formuladas para atingir o objetivo proposto e responder a problematização levantada no presente estudo de caso. Juntamente com as informações produzidas na entrevista e na observação será realizada uma análise interpretativa por meio de referenciais teóricos que abordam o assunto (ARROYO; SILVA, 2012; BIANCHETTI; FREIRE 2012; FOUCAULT, 2013; SANTOS, 2013; SERRES, 2001).

A primeira pergunta da entrevista foi referente ao tempo em que está atuando na sala do AEE e como a mesma considera tal experiência de trabalho. Segundo a professora, seu trabalho na Sala do AEE é recente e tem sido uma ótima experiência a qual a mesma diz ter se identificado com a função, diferente da sala regular, onde já atuava como professora.

Seguindo a entrevista, perguntou-se à professora sobre o que ela pensa quanto à forma como está estruturada a sala multifuncional do AEE, não somente o espaço físico, mas se observa que tal estrutura tem facilitado a inclusão do aluno com deficiência na escola. Sua resposta foi enfática no sentido de observar que é importante ter uma sala com material acessível e adaptado, mas o foco é ter um planejamento que possa atender o aluno em sua necessidade, sem excluí-lo no sentido amplo da palavra.

Arroyo e Silva (2012) afirmam que as crianças e adolescentes chegam às escolas em situação de vulnerabilidade social. Os autores reiteram que essa realidade preocupante exige uma nova ética profissional capaz de considerar a história de cada sujeito, promovendo um olhar humano sobre essas vidas, denominados por eles de “corpos precarizados”, devido às condições física, psíquica e emocional nas quais se encontram ao ingressarem na escola.

Tal reflexão nos remete ao contexto dos alunos com deficiência, considerados também “corpos precarizados”, ainda que de forma implícita, os quais, acabam sendo vítimas de preconceito e exclusão, especialmente em ambientes onde os mesmos deveriam ser incluídos.

Articulando de maneira reflexiva e crítica as duas dimensões, vulnerabilidade social e deficiência, que tratam de “corpos precarizados”, Arroyo; Silva (2012) apontam para a necessidade de uma nova ética profissional,

[...] que escute o apelo ético que vem dessas infâncias-adolescências, corpos precarizados pelo direito a se desenvolver como humanos. Construir uma escola mais humana, uns tratos mais dignos de um viver mais justo. Ao menos nos tempos-espacos escolares que aprendam na escola a entender-se. Que levem do tempo de escola a melhor lembrança: de mestres que os trataram como humanos, com humanidade. Com ética (ARROYO; SILVA, 2012, p. 37).

Nessa perspectiva, é importante destacar que se faz necessário um olhar para a diversidade, contemplando uma análise mais ampla dos contextos, enfim, das histórias desses alunos que podem sim frequentar a escola e se apropriar de conhecimento e de experiências para alcançar um espaço de visibilidade no meio social.

Sabe-se que as salas de AEE foram criadas com o objetivo de diminuir as barreiras existentes para a plena participação dos alunos com deficiência, por meio de recursos pedagógicos e de acessibilidade. Neste sentido, perguntamos à professora sobre a importância deste atendimento aos alunos com deficiência, no qual ela percebe que o AEE deve atender o aluno como um todo, sendo um trabalho articulado com a proposta pedagógica, além de estar vinculado com o seu potencial, partindo daquilo que ele sabe e gosta de fazer e assim buscando ajudá-lo nas questões escolares, e também naquilo que ele precisa desenvolver quanto às questões de vida diária e do convívio social.

Quanto ao atendimento de um aluno com TEA, a professora foi questionada sobre o modo como organiza sua intervenção, o planejamento e quais recursos utilizados por ela no acompanhamento a este aluno. Para ela, primeiramente é fundamental realizar uma conversa com os pais do aluno, fazendo um resgate de informações para entender as suas necessidades e construir um planejamento do trabalho dentro de suas possibilidades.

Vale destacar que essa intervenção inicial com os pais possibilita um trabalho posterior mais responsável e ético para com o aluno, na medida em que a professora teve a oportunidade de se aprofundar no reconhecimento das habilidades e dificuldades do mesmo, sob a ótica dos pais.

A partir disso, a professora inicia o planejamento, ao mesmo tempo em que precisa atender e ajudar o aluno a gerenciar a sua ansiedade, simultaneamente, organiza a rotina do aluno. Na perspectiva da professora entrevistada, é somente a partir das observações de tais necessidades que se consegue realizar um trabalho coerente e com possibilidades de atingir resultados positivos em relação ao desenvolvimento do aluno.

Percebe-se o compromisso da professora no entendimento e na busca de instrumentos que facilitem a inclusão do aluno no processo educacional, sem impor um ensino padronizado, mas sim, propondo um atendimento no qual ele seja parceiro deste processo. Para tanto, enfatiza em seu planejamento aquilo que o aluno gosta de realizar com base na observação da sua variada potencialidade, tornando a sala do AEE um ambiente cativante e motivador.

Ao mencionar diretamente o TEA, a professora compara o atendimento a um autista leve, no caso o José, com outro aluno diagnosticado com autismo severo, abordando a importância de uma organização prévia ao atendimento. Reflete que

cada um é único em suas particularidades exigindo que o planejamento tenha diferentes estratégias, já que a questão comportamental e comunicacional reflete diretamente no trabalho docente.

Destacamos a partir da concepção de Santos (2013) que as relações e interações sociais são permeadas pelo fato de que todos somos seres particulares com interesses variados. Entretanto, quando se trata de práticas institucionais “(...) é preciso considerar estas especificidades de cada sujeito para que um tratamento diferenciado, portanto justo e democrático, seja possível.” (SANTOS, 2013, p. 43).

Se considerarmos o AEE no sentido em que a autora se refere às práticas institucionais, entende-se que a intervenção da professora com os alunos diagnosticados com TEA orienta-se por este raciocínio, já que a mesma realiza o atendimento com base naquilo que o aluno tem interesse, de acordo com seu potencial.

Nossa sociedade impõe certos padrões e normas culturais que se refletem tanto em comportamentos como em maneiras de viver, portanto, constroem paradigmas, como por exemplo, da normalidade e anormalidade. Pensando no contexto da produção da anormalidade, a professora ao ser indagada sobre essa problemática, respondeu que para ela é fácil lidar com a questão da deficiência, pois vê o aluno como um sujeito capaz de aprender.

Para a professora, a (a)normalidade é realmente algo produzido pela sociedade, pois quando compara o seu trabalho com o de outros(as) professores(as), afirma que muitos(as) têm dificuldade no planejamento das aulas em que há alunos com deficiência, justamente pelos princípios e padrões estabelecidos em seu convívio social, os quais influenciam nos modos de organização do trabalho e consequentemente na manutenção de posturas excludentes.

Destacamos a perspectiva de Santos (2013), para reforçar a fala da professora, quando responde que lidar com a deficiência é algo muito simples, pois não vê os alunos como anormais ou incapazes, uma vez que estabelece relações de respeito e de construção de conhecimento. Com esta mesma concepção, a autora afirma que:

Esse é o sonho da inclusão em educação- libertar, através do desenvolvimento de *culturas* (valores, percepções e racionalidades), *políticas* (intenções expressas e planos ou normativas no sentido de orientar ações) e *práticas* (o que fazemos)- pessoais, institucionais, sistêmicas, sociais- cada sujeito histórico que somos das amarras dos padrões e dos estereótipos, promovendo relações justas e pacíficas entre indivíduos e povos (SANTOS, 2013, p.44).

Corroborando com o entendimento de que a produção da anormalidade é proveniente do contexto social competitivo e excludente, mencionamos Bianchetti e Freire (2012) ao referir tal questão como limitadora para as pessoas com deficiência. Os autores destacam que a valorização do corpo no sentido do exibicionismo, de

corpos idealizados em um determinado padrão aceito pela sociedade, resulta na exclusão daqueles que não se enquadram nestes padrões, ou seja, aprofunda ainda mais a violência simbólica e o preconceito.

OBSERVAÇÕES DO ATENDIMENTO NA SALA DO AEE

As observações ao atendimento da professora com o aluno José ocorreram em dois momentos distintos em um intervalo de quinze dias. A partir do relato das observações faremos um comparativo entre as respostas obtidas através da entrevista com a professora e o modo como coloca em prática as suas concepções e aplica o seu conhecimento no trabalho com o aluno com TEA.

No primeiro momento de observação, a professora desenvolveu o conhecimento de quantidade com o uso de material dourado, como também trabalhou a coordenação motora fina através da escrita do nome com o lápis e também no computador. Além disso, introduziu um jogo de memórias das vogais e para finalizar trouxe uma música apreciada pelo aluno para causar experiências de aprendizado dos números.

No decorrer do atendimento observou-se que José entrou na sala com entusiasmo, porém bastante impulsivo em suas atitudes, tendo dificuldade em acatar as orientações da professora para realizar as atividades conforme prévio planejamento. A postura da professora em relação ao comportamento do aluno foi conversar e focar seu olhar a ele para que não apenas escutasse, mas que compreendesse minimamente a proposta das atividades.

Em vários momentos José apresentou resistência na realização das atividades propostas, e apesar de encontrar dificuldade no manejo, a professora foi trabalhando o controle da impulsividade e ansiedade com o aluno até conseguir convencê-lo e motivá-lo para desenvolver as tarefas planejadas.

Conforme observado no primeiro momento, podemos inferir que a proposta de trabalho relatada pela professora, na entrevista e o que aplicou na prática estão em consonância, traduzindo em uma valorização do aluno, tendo em vista seu olhar de forma a identificar um sujeito capaz de acessar a escola e o conhecimento.

Ao mesmo tempo em que a valorização do aluno é percebida no trabalho da professora, é possível, ainda que sutilmente, notar alguns traços que nos remetem a Foucault (2013), quando o autor se refere a disciplina e a punição, no regime do poder disciplinar:

[...] distribuir os alunos segundo suas aptidões e seu comportamento, portanto segundo o uso que se poderá fazer deles quando saírem da escola; exercer sobre eles uma pressão constante para que se submetam todos ao mesmo modelo, para que sejam obrigados todos juntos “à subordinação, à docilidade, à atenção nos estudos e nos exercícios, e à exata prática dos deveres e de todas as partes da disciplina”. Para que, todos, se pareçam (FOUCAULT, 2013, p.175).

Fazendo uma análise entre o fragmento do texto de Foucault e o desempenho da professora do AEE no decorrer do atendimento, percebe-se a intencionalidade da mesma em valorizar os interesses do aluno, porém, sabe-se que a professora está inserida em um “sistema” no qual converge com a perspectiva mencionada por Foucault (2013), de uma sanção que normaliza, ou seja, de padrões estabelecidos como modelo a ser seguido.

Um segundo momento de observação foi realizado, após um período de quinze dias. Inicialmente, a professora relatou a José como seria o andamento das atividades, sempre focando o olhar ao aluno para evitar a dispersão do mesmo. José concordou com a proposta, mas envolveu-se com outras coisas na sala que não se relacionavam com o planejado, sendo que a professora precisou intervir de forma rigorosa para que ele seguisse as orientações dadas.

Após o convencimento, José utilizou o alfabeto móvel com a mediação da professora para o reconhecimento das letras. A atividade seguinte envolveu coordenação motora e atenção utilizando o brinquedo pedagógico montanha russa, sendo este de interesse do aluno. A professora ainda introduziu uma atividade com massinha de modelar para desenvolver a coordenação motora, cores e quantidade. A atividade de lavar as mãos após o uso de massinha também fez parte do planejamento, uma vez que é função do professor do AEE trabalhar atividades de vida diária para que o aluno desenvolva sua autonomia.

Durante as atividades, a professora mantém um diálogo com o aluno no sentido de que ele compreenda e dê sentido para aquilo que está fazendo, e também desenvolva a comunicação e interação.

Nota-se que há um trabalho constante da professora na perspectiva de envolver o aluno nas atividades planejadas para que os objetivos propostos sejam alcançados. Entretanto, principalmente quando se trata de um aluno com TEA, o modo de lidar com ele, as conexões que se estabelecem entre aluno e professor avançam para uma relação mais complexa, no qual se faz necessário um conhecimento aprofundado e íntimo deste sujeito em suas peculiaridades.

Como aborda Serres (2001) “O mundo é repleto de véus complexos”. Nesse mesmo sentido, o autor faz uma reflexão acerca do estado das coisas, que se mistura e embaralha-se, consistindo em “[...] uma multiplicidade cruzada por véus, cujo entrelaçamento figura uma projeção” (SERRES, 2001, p.78). Percebe-se, portanto, que o trabalho da professora do AEE não é somente uma intervenção pedagógica, mas sim em uma dimensão que abrange o autoconhecimento e o desejo de conhecer o outro (aluno), conseqüentemente atingindo níveis importantes de complexidade na relação professor/aluno. Conforme o autor:

Desvelar não consiste em remover um osbtáculo, retirar uma decoração, afastar

uma cobertura, sob os quais habita a coisa nua, mas seguir pacientemente, com uma respeitosa habilidade, a delicada disposição dos véus, as zonas, os espaços vizinhos, a profundidade de sua acumulação, o talvegue de suas costuras, para abri-los quando for possível, como uma cauda de pavão ou uma saia de rendas (SERRES, 2001, p. 78).

A partir desse viés apresentado por Serres (2001), é possível analisar a importância de um trabalho diferenciado dos modelos tradicionais reducionistas e anacrônicos. A realidade nos mostra o quanto ainda se faz necessário traçar outros caminhos, por meio dos quais se possa atender as expectativas do “sistema”, enfim, das estruturas educacionais impostas e, ao mesmo tempo, possibilitar a reconstrução de um olhar para a diversidade dos fenômenos que se apresentam no contexto escolar, especialmente na sala do AEE.

Mesmo diante das dificuldades encontradas pela professora na sala do AEE, pode-se observar a sua atuação de forma positiva, reconstrutiva e reflexiva, uma vez que os aspectos benéficos do acompanhamento e do cuidado pedagógico com a aprendizagem ao aluno com TEA no AEE são notórios e bastante presentes nesse contexto. Desta forma, analisamos que o processo de inclusão ocorreu, pois conforme Santos(2013, p. 42), a inclusão se relaciona “[...] ao desenvolvimento de culturas, políticas e práticas que promovam direitos humanos, garantam justiça social e disseminem a paz”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem se reestruturado a partir das políticas de inclusão, passando a receber alunos “diferentes”, e com isso surgindo a necessidade de romper os paradigmas daquilo que estava ou ainda está, de certa forma cristalizado, ou seja, de um ensino padronizado onde o fator determinante encontra-se nos avanços dos alunos em relação aos processos de ensino e aprendizagem.

Lidar com as diferenças é algo ainda pouco explorado no contexto da educação, enfim, para a sociedade como um todo. Entretanto, o respeito à diversidade, àquilo que é considerado anormal quando comparado aos padrões culturais e sociais impostos, torna-se uma necessidade na medida em que a inclusão, não somente através das leis e sim por meio de atitudes, vai se efetivando e tomando uma proporção maior, atingindo outros espaços e assim promovendo a inserção social de todos.

O TEA, por sua enorme diversidade quanto às condições clínicas, intelectuais e comportamentais de cada sujeito com o diagnóstico, constitui-se como um desafio na educação inclusiva, na medida em que implica em uma análise detalhada e busca de informações sobre os aspectos peculiares a cada um e, a partir disso, oportunizar a estes, possibilidades de aprendizagem, de socialização e uma efetiva inclusão.

Ao retomar o objetivo da presente pesquisa, no qual foi analisar se as

intervenções e estratégias de uma professora que atua no Atendimento Educacional Especializado (AEE), de uma rede municipal de ensino, têm contribuído no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) concluímos que é possível trabalhar de forma inclusiva, como observamos nas intervenções da professora do AEE. Constatamos que o trabalho da professora tem como base uma visão diferenciada, focando principalmente nas potencialidades do aluno com TEA, no qual este é considerado como sujeito protagonista no seu processo de aprendizagem.

Ainda que a passos lentos, a inclusão, em sua dimensão educacional e social, tem contribuído para as ressignificações necessárias em relação às deficiências, cujo o AEE tem um papel relevante para promover a autonomia e independência dos alunos público alvo da Educação Especial, não somente em relação às questões escolares, mas nas situações de seu cotidiano.

Neste sentido, consideramos que o presente estudo de caso contribuiu para novas perspectivas em relação à inclusão do aluno com TEA e ao trabalho do AEE, bem como, fomentou a busca por estratégias e práticas que possibilitem uma educação mais justa, igualitária e inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

ARROYO, Miguel Gonzalez; SILVA, Maurício Roberto da (Orgs.). **Corpo infância: exercícios tensos de ser criança**: por outras pedagogias dos corpos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. 12^a ed., Campinas. SP: Papirus. 2012.

BRASIL. **Caderno de Educação Especial**: A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva. Brasília, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: CC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL. **NOTA TÉCNICA Nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE**. Orientação aos Sistemas de Ensino para a implementação da Lei nº 12.764/2012. Brasília, 2012.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Resolução nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o

Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete; 41 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, Nova Iorque, 2006.

SANTOS, Mônica Pereira dos. **Dialogando sobre inclusão em educação: contando casos (e descasos)**. 1 ed., Curitiba, PR: CRV, 2013.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos: a filosofia dos corpos misturados 1**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

UNESCO. **Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 7 à 10 de Junho, 1994.

ÍNDICE REMISSIVO

A

A inclusão escolar 1, 11, 16, 17, 32, 34, 35, 36, 39, 48, 50, 64, 68, 116, 117, 147, 148, 234, 235, 245
Altas habilidades/superdotação 89, 90, 132, 134, 135, 136, 138, 139, 141
Ambiente de escolarização 189
Aprendizados 169, 178, 179, 181, 186
Artes 23, 102, 132, 134, 258, 260, 261, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 279, 285, 291
Atendimento educacional especializado 10, 41, 53, 74, 75, 76, 78, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 107, 112, 119, 121, 131, 147, 151, 201, 203, 204, 209, 210, 224, 229, 233
Atendimento pedagógico domiciliar 119, 120, 130, 131
Autismo 53, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 80, 153, 207
Avaliação 77, 85, 93, 95, 99, 102, 103, 123, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 143, 147, 148, 152, 153, 160, 173, 204, 233

C

Comunidades quilombola 220, 225, 231
Corpo 4, 39, 81, 85, 133, 139, 161, 164, 167, 175, 204, 217, 265, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 295, 296, 297, 298, 299

D

Deficiência intelectual 11, 15, 17, 19, 20, 22, 64, 73, 153, 154, 207, 226, 233, 236
Deficiência visual 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 88, 91, 232, 238, 242
Desenho universal 53, 54, 55, 57, 58, 60, 63, 146, 147, 148

E

Educação ambiental 149, 150, 151, 152, 158, 159
Educação decolonial 211, 212
Educação no brasil 24, 25
Educação sexual 47, 163, 168, 246, 247, 276, 278, 296, 298, 300
Ensino fundamental 11, 15, 26, 77, 108, 109, 115, 116, 142, 148, 178, 184, 195, 211, 221, 232, 236, 297
Escola do campo 169, 172, 177
Escolarização 47, 59, 130, 140, 141, 147, 175, 177, 189, 192, 199, 220, 221, 223, 228, 229, 232
Étnico-racial 117, 160, 168
Exclusão 1, 18, 24, 29, 33, 34, 37, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 67, 78, 79, 82, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 174, 175, 191, 231, 247, 276

G

Gênero 32, 33, 34, 39, 42, 43, 44, 47, 48, 50, 115, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 175, 190, 250, 270, 276, 277, 278, 279, 283, 284, 287, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299

Gestão escolar 108, 109, 110, 114, 116, 140

Gestores 17, 111, 116, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 220, 231

H

Humanística 160

I

Identidades 7, 26, 53, 57, 61, 62, 71, 168, 288, 294, 297, 298, 299

Inclusão de surdos 105, 258, 261

Inclusão escolar 1, 11, 15, 16, 17, 18, 22, 23, 32, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 48, 49, 50, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 76, 94, 95, 116, 117, 128, 135, 140, 142, 143, 147, 148, 184, 187, 188, 190, 194, 200, 209, 220, 221, 225, 232, 233, 234, 235, 245

Inclusão social 4, 22, 37, 60, 108, 109, 110, 116, 129, 148, 149, 151, 174, 175, 200, 225

Institucionalização 25, 114, 118, 201, 204, 206, 207, 208, 210, 251

L

Libras 96, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 244, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275

Linguística 101, 106, 244, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 271, 275

M

Mediador escolar 1, 6, 7

N

Necessidades especiais 13, 14, 16, 18, 21, 22, 71, 72, 116, 149, 150, 151, 152, 153, 158, 185, 191, 236, 246

Nome social 32, 34, 48, 50, 51, 52

P

Pae 140, 141, 142, 146, 147

Pertencimento 27, 54, 57, 61, 189, 199, 216

Política 6, 7, 9, 25, 28, 36, 37, 45, 46, 48, 50, 73, 75, 76, 78, 85, 89, 93, 95, 97, 98, 105, 106, 110, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 129, 130, 187, 191, 199, 200, 203, 204, 208, 209, 210, 218, 225, 229, 231, 232, 246, 261, 266, 271, 275, 288, 297

Processo de brincar 1, 8

Psicologia escolar 52, 169, 170, 171, 172, 177, 189, 194, 195, 199, 200

Psicologia histórico-cultural 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 169, 177

R

Rede de ensino básico 87

S

Sexualidade 39, 47, 51, 239, 240, 241, 247, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 287, 288, 289, 292, 295, 296, 297, 298, 299, 300

Superior 13, 26, 29, 30, 73, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 111, 115, 134, 137, 138, 161, 162, 163, 164, 202, 208, 209, 218, 242, 259, 262, 270, 275, 280, 292

T

Técnico e tecnológico 87

Tecnologias assistivas 9, 53, 54, 92, 220, 221, 222, 225, 226, 227, 228, 230, 231, 233

Transexuais 32, 34, 37, 50, 51, 52

Travestis 32, 34, 37, 50, 51, 52

U

Universidade 1, 11, 24, 31, 65, 73, 95, 108, 117, 118, 119, 132, 136, 139, 140, 149, 151, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 183, 189, 200, 220, 222, 232, 233, 234, 246, 247, 248, 258, 259, 261, 262, 263, 270, 275, 296, 300

 **Atena**
Editora

2 0 2 0